

**A INTELECTUALIDADE INTEGRALISTA DE PLÍNIO SALGADO: UMA
ANÁLISE DO DISCURSO LITERÁRIO**

Leandro Pereira Gonçalves¹

RESUMO: O artigo tem como objetivo desenvolver análises expressas pela linguagem do mundo visto e do não-visto através da escrita, discutindo assim, o diálogo da história com a literatura como um caminho que se percorre nas trilhas do imaginário, criando assim, mecanismos capazes de analisar o processo de criação nacionalista de Plínio Salgado, unificando os problemas da nação e compreendendo como a questão cultural se estrutura no interior da sociedade brasileira na busca da autenticidade da identidade nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura, Integralismo, Plínio Salgado.

ABSTRACT: The article aims to develop analysis expressed by the language of the world seen and not seen, through writing, discussing the dialogue of history with literature, as a path that runs on the tracks of imagination, and this way it'll create mechanisms capable to analyse the process of nationalist creation of Plinio Salgado, unifying the nation's problems and understanding how the cultural issue structures itself within the Brazilian society in search of the authentic national identity.

KEYWORDS: Literature, Integralism, Plínio Salgado.

No dia 07 de outubro de 1932, na cidade de São Paulo, houve a criação da Ação Integralista Brasileira, grupo político que tinha como propósito a formação de um grande movimento nacional. Sua organização, influenciada pelos movimentos fascistas europeus, priorizava a arregimentação de militantes e seu enquadramento em uma estrutura hierárquica. A partir de então, logrou intenso e rápido crescimento, ascendente até a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, quando Getúlio Vargas iniciou o período ditatorial.

Através deste movimento político ficou conhecido Plínio Salgado, líder incondicional do grupo que se apresentava como um movimento de despertar da nação. O integralismo canalizava para a ação política as angústias e temores dos setores médios, constituindo-se como instrumento de sua incorporação ao processo político.

¹ Professor assistente do Curso de História do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Literatura Brasileira pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; Especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Licenciado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora; e-mail: leandropgoncalves@gmail.com. Participante como pesquisador do Grupo de Pesquisa Literatura e Autoritarismo (UFMS/CNPq) e do Grupo Observatório da Indústria Cultural (UFF/CNPq).

O líder integralista Plínio Salgado nasceu na cidade de São Bento do Sapucaí, em São Paulo, no ano de 1895. Sempre teve uma grande participação política e tornou-se um escritor conhecido na capital paulistana a partir de 1919, ao publicar uma coletânea de poemas intitulada: *Thabôr*. Na década seguinte, passou a ser reconhecido como um verdadeiro intelectual, principalmente após o sucesso de seu primeiro romance, *O estrangeiro*, seguido posteriormente de *O esperado* e *O cavaleiro de Itararé*, formando, assim, a trilogia romanesca denominada “Crônicas da Vida Brasileira”. Plínio Salgado escreveu mais três romances: *A voz do oeste*, em 1934; *Trepandé* – redigido entre 1938 e 1939 no exílio em Portugal, mas publicado apenas em 1972 – e *O dono do mundo*, escrito no fim de sua vida, aproximadamente entre o período de 1974 e 1975. Esse último romance não foi finalizado em decorrência de sua morte, sendo publicado apenas no ano de 1999. A composição ficcional de Plínio Salgado abrange ainda a literatura infantil, quando, em 1951, lança a obra: *Sete noites de Joãozinho*, além de uma produção poética, *Poema da fortaleza de Santa Cruz*, em 1948, e uma coletânea assinada pelo pseudônimo de Ezequiel, *Poemas do século tenebroso*, no ano de 1961. Plínio Salgado publicou ainda outras dezenas de obras com temáticas políticas, religiosas, sociológicas e filosóficas.

No início dos anos de 20, ocorreu uma grande transformação da maneira de se pensar como consequência de mudanças que passaram a existir após a Primeira Guerra Mundial, principalmente na intelectualidade brasileira. O fim da guerra trouxe para o Brasil, como para outros cantos do mundo, a discussão de modernidade que já era latente.

Desde a chamada “Geração 1870”, composta por vários escritores como: Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Graça Aranha, era possível observar a presença da modernidade, pois o objetivo desse grupo era justamente criar as chamadas idéias que traziam sensação de impacto, criando um contraste com o antigo. Dentro desse movimento, um tema passou a ser objeto de grande discussão intelectual: que elementos definem o Brasil e quais as especificidades do que é ser brasileiro? (VELLOSO, 2003, p.354).

Segundo Monica Pimenta Velloso, ser brasileiro para aquela geração é ser algo atrasado dentro do contexto internacional e ao intelectual cabe a missão de revelar a nacionalidade dentro de um contexto autoritário, pois à elite corresponde a função, como única detentora do saber, da condução do processo social de identificação da identidade nacional. (2003, p.355). Por ter como objeto central o problema da identidade nacional, os intelectuais tinham necessidade de organizar a nação. Segundo Daniel Pécaut, essa função é do intelectual ligado a um projeto de poder “os intelectuais já não precisam reivindicar uma posição de elite: sua legitimidade decorre justamente de se fazerem intérpretes das massas populares.” (PÉCAUT, 1990, p.15).

No período equivalente até o momento desencadeador da Primeira Guerra ocorre uma preparação intelectual para a modernização, antagonizando-se em um intenso conservadorismo. Com o fim do conflito, a inferioridade étnica até então existente nos discursos dos pensadores não estará mais tão presente e ocorre, assim, a busca de organização da nacionalidade, através de um esforço intelectual no sentido de definir a idéia de identidade nacional.

Neste contexto, durante a década de 1920, reuniam-se importantes grupos de intelectuais no Brasil, principalmente em São Paulo. O ingrediente ideológico central dos intelectuais brasileiros daquele período era a defesa da nacionalidade, através da busca da chamada “identidade nacional”. Entretanto, no panorama do pensamento político brasileiro de então, não havia um, mas vários nacionalismos em questão. Esses nacionalismos defendidos por tantos naqueles tempos, aparentemente, teriam sido semelhantes, mas, ideologicamente, apresentavam diversas formas de planos e de modelos para o Estado Nacional, que estavam sendo forjados em concomitância – admitindo paradoxos e contradições - com os demais países do ocidente inseridos no processo de re-ordenação mundial no período entre-guerras.

Ao analisar o conceito de nacionalismo, Aijaz Ahmad afirma

eu tendia a pensar que não se podia realmente falar em nacionalismo como uma ideologia autônoma com sua essência ou seu conteúdo de classe invariável; havia apenas nacionalismos, no plural, que podiam ser liberais, fascistas, ou

mesmo comunistas, e tinha-se, portanto, que perguntar sempre: nacionalismo de quem? (2002, p.11).

Intelectuais engajados em projetos relacionados às suas concepções de sociedade brasileira, sob efeito de identidades distintas, iniciavam a busca do modelo ideal para o Brasil. A partir da década de 1920, desenvolveu-se uma nova concepção de civilização brasileira através de um caminho constante na formação de novos projetos e modelos de nação.

Houve momentos de turbulência, de “séria crise socioeconômica e política, cuja solução somente se daria de fato, com a instalação do Estado Novo em 1937.” (MENDONÇA, 2000, p.319). Foram épocas de reformulações, nas quais os intelectuais assumiram publicamente as representações de interesses que eles mesmos pretendiam como populares, mas reproduzindo, no entanto, seus interesses. Ou seja, conforme Gramsci, a função do intelectual é a de ser um organizador de sua classe, aquele que em seus textos e/ou ações – entendendo textos também como atos interventores – pretende interpor seu conhecimento como estratégia e/ou análise dos contextos nos quais estão inseridos. Este teórico chamava a atenção para a relação entre as expressões “nacional” e “popular”, que em muitas línguas se confundem. Segundo Gramsci, caberia ao intelectual – concebido, então como representante e produtor de idéias – expressar as perspectivas e interesses de sua classe, tornando-os um projeto popular².

Mikhail Bakhtin, por sua vez, adotando a análise dialética da filosofia da práxis³, entende a produção dos textos literários – como produção intelectual – na forma da interdiscursividade⁴. Não há textos produzidos ou lidos que não

² As idéias de Gramsci, apresentadas em notas, estão organizadas nos *Cadernos do Cárcere* – série de anotações que ao autor italiano produziu ao longo dos anos em que esteve confinado nas prisões da Itália sob domínio do fascismo entre 1926 a 1937, de onde saiu para logo falecer. Conferir: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

³ O termo filosofia da práxis foi desenvolvido pelo pensador Antonio Gramsci para denominar o pensamento marxista: “Em Marx, o conceito da práxis torna-se o conceito central de uma nova filosofia, que não quer permanecer como filosofia, mas transcender-se tanto em um novo pensamento metafilosófico como na transformação revolucionária do mundo. (PETROVIC, In: BOTTOMORE, 2001. p.295)

⁴ Conceito proposto por Mikhael Bakhtin sobre a relação que um texto (discurso) tem com outros textos (outros discursos), a interdiscursividade é o caráter principal do texto. Para o

absorvam as diversas formas de expressão popular. Bakhtin partiu do pressuposto de que a apropriação de elementos de representação de classes populares serve de base para projetos que visam à manutenção da hegemonia política pelas classes economicamente dirigentes. Assim sendo, a produção intelectual segue os “intercâmbios”, conflituosos e contraditórios, das relações entre as classes sociais no conjunto complexo em que cabem as múltiplas referências e determinações – culturais, políticas e econômicas (estrutura e superestrutura) – que Gramsci chamou de Estado ampliado.

Segundo Denis Rolland, o intelectual está relacionado a uma noção variável e contextual, denominando-os como instrumentalizadores que aceitam colocar-se a serviço de algum interesse existente. (2006, p.95-96). Esta intelectualidade que desenvolve modelos de nação, embasados no nacionalismo, estabelece ligações de interesses políticos no interior das primeiras décadas da república brasileira. Nesse sentido, Heloísa Starling afirma que

A idéia de pátria pode provocar o tipo de virtude política de que necessita uma república moderna e essa virtude, por sua vez, pode funcionar perfeitamente bem como motivação da responsabilidade e do esforço civil de uma sociedade, sem colocar em perigo o pluralismo ético, cultural e religioso em que a república brasileira deve, democraticamente, assentar-se. Ou ainda: para que nossa república funcione bem é necessário que ela faça uso de uma certa dose de patriotismo – um patriotismo que pode e deve ser exclusivamente sustentado por valores proveniente da *pólis*. (2004, p.185-186).

O desenvolvimento deste nacionalismo político caberá ao intelectual que no período modernista não aceitará mais a idéia de uma “inferioridade étnica” que persistia no Brasil do período entre-guerras, a partir da perspectiva do “espelho” europeu, mesmo que essa relação tenha contribuído para o processo

lingüista russo, nenhum discurso tem total originalidade, já que todo texto é atravessado por outro. Conferir: BAKHTIN. Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UNB, 1987; *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

de criação da identidade nacional em período precedente, como afirma Wilma Peres Costa ao analisar o intelectual do brasileiro do século XIX

A interlocução entre os intelectuais europeus e brasileiros nesse movimento ajudava a construir um espelho de dupla face em que de um lado, a Europa construía uma idéia sobre a emergência das novas unidades políticas do Novo Mundo e, de outro, as unidades políticas latino-americanas avaliavam suas chances de serem aceitas no mundo das nações civilizadas. O principal subproduto desse movimento foi o de ajudar a construir a imagem que as elites faziam de si próprias. A consolidação de um imaginário territorial, a construção de uma identidade política e a escritura de uma história nacional foram alguns dos elementos centrais desse processo. (2006, p.35-36).

Os modernistas da década de 20 buscavam a organização da idéia de nacionalidade a partir de modelos específicos de Estado. Apropriando-se de divergentes conceitos de nação, propunham novas perspectivas para o Brasil sendo reflexos da conjuntura internacional que anunciava um declínio da Europa e a aurora americana

O tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que se trava no Brasil [...] Os diferentes autores que têm abordado a questão concordam que seríamos diferentes de outros povos ou países [...] Toda identidade se define em relação a algo que lhe é exterior, ela é uma diferença. Poderíamos nos perguntar sobre o porquê desta insistência em buscar uma identidade que se contraponha ao estrangeiro. Creio que a resposta pode ser encontrada no fato de sermos um país chamado Terceiro Mundo, o que significa dizer que a pergunta é um imposição estrutural que se coloca a partir da própria posição dominada em que nos encontramos no sistema internacional. Por isso autores de tradições diferentes, e politicamente antagônicos, se encontram, ao se formular uma resposta para o que seria uma cultura nacional. (ORTIZ, 2005, p.7).

Um dos pontos de desenvolvimento deste ensaio está calcado no conceito de imperialismo cultural ligado ao desenvolvimento de uma prática nacionalista abordada pelo indiano Aijaz Ahmad em sua obra *Linhagens do*

Presente. Nela o autor reflete sobre a “Teoria dos Três Mundos”, destacando a produção intelectual do denominado Terceiro Mundo como uma definição

Exclusivamente em termos da “experiência do colonialismo e imperialismo” [...] será então possível afirmar – certamente com muito exagero, mas possível afirmar mesmo assim – que “todos os textos do Terceiro Mundo são necessariamente alegorias nacionais.” [...] Há um encaixe perfeito entre a Teoria dos Três Mundos, a supervalorização da ideologia nacionalista e a afirmação de que a “alegoria nacional” é a forma principal, até mesmo exclusiva, de narratividade no assim chamado Terceiro Mundo. Se esse “Terceiro Mundo” é constituído pela singular “experiência do colonialismo e imperialismo” e se a única resposta possível é uma resposta nacionalista, então o que há de mais urgente para narrar do que essa “experiência”? (2002, p.88-89).

Alguns autores, especialmente sociólogos, durante a década de 1970, no Brasil, leram essas influências da intelectualidade mundial na formação da nacional como questões de absorções puramente miméticas dos modelos europeus, ou dos padrões da hegemonia do modelo de Estado ocidental capitalista. Florestan Fernandes e Gilberto Vasconcellos reconheceram, por exemplo, no movimento integralista uma tendência ao mimetismo, mas não como uma cópia fiel ao movimento europeu. (VASCONCELLOS, 1979).

O integralismo brasileiro, idealizado primordialmente pelo modernista Plínio Salgado, teria a base ideológica no fascismo italiano. Essa leitura relaciona-se com a “teoria da dependência”, que via com restrições a capacidade dos intelectuais brasileiros de pensarem o Brasil com independência intelectual dos modelos estrangeiros. A teoria da dependência foi desenvolvida essencialmente pelos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que procuraram compreender a dinâmica capitalista observando-a no contexto específico da realidade brasileira.

Para os sociólogos, segue-se uma tentativa de nova versão do modelo neocolonial em que países chamados “periféricos” se relacionariam com as economias dos países chamados “centrais” ou “hegemônicos”. Sendo estas relações econômicas “dependentes” por parte dos países periféricos em relação às economias centrais, criavam teias de relações políticas e relações

de interesse que moldavam formas determinadas de desenvolvimento político e social nos países "dependentes" ou "periféricos". (CARDOSO; FALETTO, 2004).

Esta estrutura de dependência é potencializada pela via da ficção (STARLING, 2004, p.173) e, com base nestes aspectos teóricos, será desenvolvida uma análise da Semana de Arte Moderna, que ocorreu nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal de São Paulo. O evento contou com a presença de um grupo considerado inovador e que encarou, através da ironia e ou da gravidade, a forma de identificar o Brasil em um período de grandes mudanças mundiais.

Segundo Nelson Werneck Sodré, o movimento “deve ser entendido e interpretado como episódio inicial de uma seqüência. Episódio inicial cujo alcance pode ser estimado no simples fato de corresponder, a rigor, ao lançamento da literatura brasileira.” (1976, p.525-526). A importância do movimento não tem sua origem no denominado mito fundador do modernismo, mas sim no destaque da divulgação de uma cultura “genuinamente” brasileira.

Para Mário de Andrade, um dos idealizadores do evento, o modernismo foi uma ruptura, mas com revestimentos diretamente importados da Europa. (1978, p.235). Dessa forma, passam a ser criados vários retratos do Brasil entre os intelectuais da Semana que assumiria, assim, o seu caráter heterogêneo de produzir visões sobre a nacionalidade. O modernismo brasileiro, que tem como ponto central a reflexão e a reinterpretação da cultura, representou a conscientização de que o desenvolvimento intelectual encontrava-se defasado diante do desenvolvimento do Brasil, sendo que com a Semana abriu-se o caminho para a criação de diversas formas de entender identidade nacional, Renato Ortiz afirma ser

através de uma relação política que se constitui assim uma identidade [...] o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação. [...] Todos, no entanto, se dedicam a uma interpretação do Brasil, a identidade sendo o resultado do jogo das relações apreendidas por cada autor. (2005, p.139).

Determinar o início do modernismo brasileiro não é uma tarefa simples devido à complexidade existente no movimento, que não tem sua origem meramente cultural. Segundo o crítico literário Alfredo Bosi, a formação da Semana é polivalente e está ligada a: “situações socioculturais que marcaram a vida brasileira desde o começo do século.” (1994, p.303). Demarcar o início do movimento é normalmente arbitrário, mas segundo Bosi é possível entender o porquê de ter sido São Paulo o núcleo irradiador do Modernismo, sendo o ponto central a efervescência ideológica existente na nascente metrópole industrial povoada de burgueses, proletários, caipiras e estrangeiros. (BOSI, 1994, p.303).

Após o evento, que para Gilberto Mendonça Teles pode ser considerado como “o ponto de partida para as conquistas expressionais da literatura brasileira neste século” (2002, p.277), a questão do nacionalismo passou a ser o ponto central para a maioria dos intelectuais e artistas do período. A busca por uma definição cultural da independência ideológica do movimento passou a ser respondida por diversos caminhos, e dessa forma os modernistas se organizaram em grupos ideológicos e expressavam suas concepções em manifestos.

O primeiro deles foi o *Manifesto da poesia Pau-Brasil*, lançado por Oswald de Andrade em 1924. Nele era apresentada uma definição de novos princípios para a poesia por meio de uma revisão cultural do Brasil com a valorização do elemento primitivo. Defendia a assimilação do “inimigo” estrangeiro para fundi-lo à cultura nacional e buscava a produção de uma síntese dialética que teria como objetivo resolver as questões de dependência cultural, formuladas tradicionalmente por meio do binômio nacional X cosmopolita. Esse *Manifesto* rejeitaria as formas cultas e convencionais da arte e defenderia aspectos de uma independência mental vindos do espírito revolucionário de 22, tendo como objetivo a busca de uma expressão que retratasse a sociedade brasileira contemporânea. Com o lançamento do *Manifesto Antropofágico*, em 1928, o pensamento de Oswald de Andrade é radicalizado, sendo considerado como uma síntese das idéias amadurecidas durante a fase do modernismo brasileiro, tendo como base de inspiração o *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx e Friedrich Engels.

Contra esses manifestos e processos ideológicos divulgou-se, em 1929, o *Manifesto do Verde-amarelismo*. Assim como nos manifestos anteriores, pode ser encontrado um discurso baseado no nacionalismo cultural e político, mas, por sua vez, inserido no contexto de ascensão aos movimentos totalitários europeus e inspirado nesses regimes autoritários em que o nacionalismo desse grupo mostra sua ação, pois, para os intelectuais envolvidos, a estrutura republicana é incompatível com o ideário nacionalista. Um dos principais defensores desta ideologia era Plínio Salgado.

Plínio encontrou no grupo verde-amarelo uma concepção de nacionalismo, mas para ele era necessário aprofundar o debate ideológico; por isso funda o grupo Anta: “uma espécie de ala esquerda do verdeamarelismo.” (SALGADO, 1935, p.10). Para Plínio Salgado esse momento representa o rompimento com os modernistas e com os verdeamarelos, iniciando com o Anta a radicalização do pensamento, que curiosamente denomina como ala esquerda do movimento, uma vez que as concepções político-ideológicas do autor estão pautadas no ultra-nacionalismo de base direita extremista. Para Plínio Salgado era preciso “criar a consciência da nacionalidade” (1935, p.11), sendo que para o autor a Revolução do Anta cumprirá o papel de criador do pensamento, uma vez que a gênese da Ação Integralista Brasileira começa a ser desenvolvida

Em viagem à Europa, no ano de 1930, Plínio Salgado conheceu alguns dos novos regimes políticos que surgiam, principalmente o fascismo italiano de Benito Mussolini fazendo-o pensar que a melhor saída para o Brasil era realmente um nacionalismo agressivo impondo a hegemonia brasileira na América do Sul. Em uma carta de 1936, escreveu sobre o encontro com Mussolini

Contando eu a Mussolini o que tenho feito, ele achou admirável o meu processo, dada a situação diferente de nosso país. Também como eu, ele pensa que, antes da organização de um partido, é necessário um movimento de idéias [...] Refleti sobre a necessidade que temos de dar ao povo brasileiro um ideal que o conduza a uma finalidade histórica. Essa finalidade, capaz de levantar o povo, é o Nacionalismo impondo ordem e disciplina no interior, impondo a nossa hegemonia na América do Sul. (SALGADO apud TRINDADE, 1979, p.75).

Através deste contato político, ideológico e até mesmo sentimental com Mussolini, Plínio Salgado teve determinadas impressões em relação ao fascismo e absorveu conceitos e práticas que para ele serão fundamentais na argumentação teleológica que marcará as propostas do integralismo.

A defesa do nacionalismo é a principal marca da obra de Plínio Salgado, uma vez que a origem intelectual do pensamento é pautada nas discussões modernistas. As concepções ideológicas do autor em torno do nacionalismo fora lapidada paulatinamente e um dos pontos de desenvolvimento deste aspecto ocorre em um momento predecessor à viagem à Itália e às suas conversas com Mussolini. No ano de 1926, lança a sua primeira grande obra, *O estrangeiro*, na qual é possível notar que o pensamento nacionalista é antecessor ao momento do encontro com o fascismo italiano. Em relação ao romance, repercussões literárias e políticas serão observadas como em poucos momentos da História da Literatura Brasileira. No momento do lançamento de seu primeiro romance, o autor adota um tom messiânico, afirmando ser uma das pessoas com o objetivo de salvar e defender o povo brasileiro

Em abril de 1926, publicou-se o romance; nunca mais abandonei esta batalha. O drama de meu povo apoderou-se de mim. As dores, os misteriosos tumultos de uma sociedade em formação, as lutas políticas, os caldeamentos étnicos, cosmopolitismo e nacionalismo, civilização artificial e instintos bárbaros da floresta, angústias do pensamento e vagas ansiedades coletivas, tudo isso constituiu, dia a dia, uma orquestra perene que me empolgava no turbilhão de músicas estranhas. Esgotando-se a primeira edição do *O estrangeiro* em vinte dias, meus amigos comemoraram esse fato, oferecendo-me em bronze o personagem do romance que encarnava o espírito imortal da Terra Jovem. (1935, p.5-6).

No marco inicial do movimento integralista, o *Manifesto de outubro de 1932*, Plínio Salgado expôs com clareza seus propósitos para o Brasil. O romancista e político deixava muito claro o desejo ideológico: a defesa de uma política nacionalista baseada em um conservadorismo burguês, tendo a manutenção da propriedade como forma de organização social, a aversão ao

cosmopolitismo para a defesa de uma sociedade forte e organizada dentro de um contexto tradicionalista de base burguesa.

No último romance modernista de Plínio Salgado, *Trepandé*, a ruralização é decisiva para a existência do verdadeiro nacionalismo. Aqui, o ponto central é a influência negativa que as metrópoles passam a ter sobre as zonas interioranas, tema já abordado no primeiro romance, *O estrangeiro*, quando o professor Juvêncio exaltava a nacionalidade, dizendo que o urbanismo é o fim da nacionalidade, expressando o anti-cosmopolitismo existente no *Manifesto de outubro de 1932*. Em *O estrangeiro*, o autor exalta e defende o universo rural, símbolo da pureza nacional. Essa ideologia de vida política será a base do último romance modernista: *Trepandé*. Para Plínio Salgado, o cosmopolitismo causaria a destruição do verdadeiro nacionalismo da pequena cidade de Trepandé “um soluçado clamor subiu de todos os lares. Era a ruína dos pequenos comerciantes e agricultores; o esfacelamento de humildes economias domésticas; as desgraças privadas transformando-se em calamidade pública.” (1972, p.168).

No discurso de Plínio Salgado, o ponto de destaque é a defesa do nacionalismo, em que o autor não aceita a existência de uma dependência cultural, realiza uma grande luta ideológica contra a ameaça imperialista cosmopolita que cerca o Brasil e para isso cria um movimento nacionalista – para ele, o único caminho do povo brasileiro

Nacionalismo não é um simples culto de bandeira, nem pode ser apenas o Hino Nacional. Não é a marcha batida das manifestações militares. Não é a devoção feiticista das formas exteriores da Pátria Política. Nacionalismo é visão total do país e é, ao mesmo tempo, a consciência particular de cada caráter e de cada tendência [...] O nacionalismo não pode ser apenas um culto ideal e político [...] Não temos tido no Brasil uma compreensão exata do nacionalismo. Nós nos temos limitados a adoração lírica da Bandeira e aos vivas seguidos do Hino Nacional. Pois todas as nossas atitudes têm sido anti-nacionalistas. (1935, p.139).

Em relação ao nacionalismo Aijaz Ahamad afirma que o

nacionalismo não tem uma ideologia pré-determinada e que o conteúdo de qualquer nacionalismo é determinado pelos agentes sociais que dele se apoderam e mobilizam seus poderes interpelativos no processo de luta por hegemonia nos campos político e cultural. (2002, p.12).

O pesquisador defende que os intelectuais lutam contra o imperialismo defendendo todas as espécies de nacionalismo para o desenvolvimento do Estado.

O nacionalismo de Plínio Salgado tem sua base de formação ideológica na mesma cultura exterior à qual demonstra aversão. No estudo *Ideologia curupira*, uma análise do discurso integralista elaborada pelo cientista social Gilberto Vasconcellos, o objetivo do autor é buscar a especificidade do integralismo como “discurso fascista” e inserido numa sociedade periférica. Para ele, o integralismo não se constitui como uma cópia do fascismo no Brasil, porque aqui não houve forte tradição liberal, nem proletariado urbano-industrial organizado, nem ponderável movimento comunista, nem fatores que contribuíram para a eclosão de ideologias e movimentos fascistas na Europa.

O atraso econômico existente no Brasil fez com que o discurso integralista adotasse uma especificidade em relação ao movimento europeu, segundo Gilberto Vasconcellos. Devido à existência de um capitalismo brasileiro periférico, a doutrina fascista esteve presente em decorrência do grau de dependência que o Brasil possuía no contexto da década de 1930. Assim, o país periférico que era constituído em relação às nações capitalistas hegemônicas permitiu que o integralismo, mesmo que inconscientemente, se apropriasse do discurso fascista europeu, não conseguindo realizar a formação de uma cultura nacionalista independente, devido às exigências da sociedade periférica. (VASCONCELLOS, 1979, p.17-18).

Uma vez que os interesses da sociedade periférica burguesa estavam sendo exigidos em serem defendidos, o movimento integralista surge principalmente com o objetivo de privilegiar os interesses da burguesia nacional contra a ameaça comunista imposta pelos integralistas

A motivação principal que ocasionou a adesão de cerca de dois terços dos integralistas é o anticomunismo [...] O segundo motivo é a simpatia pelo fascismo europeu. [...] O nacionalismo

[...] O tema do nacionalismo está presente na ideologia, tanto no plano afetivo como no intelectual, tendo um papel central na radicalização nacionalista. (TRINDADE, 1979, p.152).

Independentemente de qual corrente ideológica os modernistas seguiram, todos tinham o mesmo objetivo de tentar compreender a nacionalidade brasileira e procurar reconhecer uma identidade nacional. Mário de Andrade ressalta a positividade do modernismo: “Manifesto especialmente pela arte, mas manchando também com violência os costumes sociais e políticos. O movimento modernista foi o prenunciador, o preparador e por muitas partes o criador de um estado de espírito nacional.” (1942, p.73). O nacionalismo encontrou vários caminhos de defesa no interior do movimento modernista. Segundo Daniel Pécaut

Essa modernidade contraditória trouxe também, pelo menos potencialmente, o engajamento político dos que defenderam: de fato, o debate entre o cosmopolitismo e o nacionalismo ocuparia o centro da questão política tal como esta se colocaria nos anos seguintes. O Modernismo mostrou ainda que o plano cultural e o político são indissociáveis. (1990, p.27).

Plínio Salgado estabelece como meta a busca de uma identidade nacional, através do nacionalismo autoritário que é expresso em seus discursos. Em relação a sua criação literária, seu objetivo era dar o papel de elemento vivo da sociedade, pronta para captar suas novas ideologias e, para isso, caberia o colocar em prática a função do intelectual, segundo o líder integralista: “cabe ao intelectual efetuar um trabalho de evangelização.” (VELLOSO apud PÉCAUT, 1990, p.39). A principal preocupação desse autor era ser um porta-voz de suas aspirações ideológicas e, no cenário brasileiro das décadas de 20 e 30, a literatura de denúncia social encontrava um espaço em novos caminhos.

O diálogo transdisciplinar e interdiscursivo das formas existentes no mundo faz com que a história crie a pergunta e a literatura ensaie a resposta. Existe a necessidade de conhecer a obra literária de Plínio Salgado para verificar a presença do imaginário nas representações da realidade. A discussão da literatura pliniana estará embasada num diálogo com a história,

através de um caminho que se percorre nas trilhas do imaginário. (PENSAVENTO, 2006, p.14). Segundo Heloísa Starling ao citar Walter Benjamin “literatura, política e história [...] encontram suas raízes e ainda se graduam como matrizes de uma mesma cor.” (2004, p.172).

No *Manifesto de outubro de 1932*, Plínio Salgado expõe com clareza seus propósitos para o Brasil. Para o autor: “A Nação Brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos de que todos os brasileiros estejam unidos.” (1982, p.4). O autor deixa visíveis seus anseios para o Brasil e essa concepção de busca de uma identidade forte e grandiosa para a nação é expressa em sua composição lítero-poética, no poema *Brasil*⁵

Brasil! Ó minha pátria idolatrada!
Vede: - que grande e triunfal nação!
Em cada bosque um paraíso! em cada
folha da história, uma cintilação!

Terra de glória e amor! Urna sagrada
de imortal e radiosa tradição!
Quero por ela, manejando a espada,
enfrentar o delírio do canhão!

Na febre deste amor que o sangue escalda,
a sobra da bandeira ouro-esmeralda,
quero um dia tombar, quero morrer!

Porque adoro o Brasil, pátria que encerra
cinzas de heróis! Terra sagrada! Terra
da mulher que me faz enlouquecer! (1919, p.24).

A defesa do Brasil de uma forma exacerbada e com um forte nacionalismo patriótico é um dos pontos centrais da composição do autor e está ligada à teoria da república desenvolvida pela historiadora Heloísa Starling em que os valores da pólis são colocados em primeira instância com base nos interesses políticos dos grupos hegemônicos. (2004, p.171-172). A defesa de Plínio Salgado não é evidente somente no período de existência da AIB, pois o poema citado é correspondente ao ano de 1919, sendo esta a primeira publicação do autor, aos 24 anos de idade. A defesa ideológica nacionalista e

⁵ Na citação do poema foi realizada uma alteração da grafia em relação ao original.

sua aversão cosmopolita acompanharão Plínio Salgado até o fim de sua vida, como pode ser observado no romance *O dono do mundo*. Neste, ele adota um tom profético, afirmando que o apocalipse chegará com o desenvolvimento tecnológico e o advento das máquinas, expressões da força urbanística e que não são o mais correto para a defesa nacionalista devido à presente influência externa. Além disso, o autor enxerga na agricultura a saída para o desenvolvimento nacionalista, eliminando assim todas as chances de influência exterior

No meio de centenas de máquinas a ocupar vasto espaço Adamus subiu a uma escada e bradou: - Máquinas! Fostes a mais poderosa oligarquia de todos os tempos! Vosso poder terminou. Voltastes a ser escravas e não mais senhores. Máquinas, eu – dono do mundo – sou o único e poderoso senhor a quem deveis obedecer! (1999, p.44-45).

Este cosmopolitismo, que para Plínio é o grande mal, é conseqüência do processo de desenvolvimento industrial capitalista que traz consigo a possibilidade de ocasionar a morte do nacionalismo. A máquina, para Plínio Salgado, é o símbolo da modernização, justamente onde ocorre o crescimento burguês. O tema aparece com freqüência em suas obras por ser a base de seu pensamento. Essa criação de mundo, para ele, não é o ideal para o Brasil, pois levará à desgraça e ao extermínio.

Campo e cidade foram motivos de criações literárias constantes e este ponto de idealização é uma das marcas da obra de Plínio Salgado, que enxerga no campo a pureza nacional. Para o autor a força do nativo é colocada como a força para se chegar ao valor autêntico nacionalista, rompendo com o mundo de modernização exterior: “Os homens do campo estão mais perto de Deus do que os da cidade: porque à noite conseguem ver as estrelas.” (1970, p.30). Campo e cidade são dois pontos de extrema importância na compreensão da intelectualidade literária. Segundo o inglês Raymond Williams: “na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, [...] extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade.” (WILLIAMS, 1990, p.11).

O pensamento político e ideológico de Plínio Salgado está claramente expresso nas composições literárias e a partir de Pierre Francastel (1970), que considera, na maioria das vezes, as obras de arte mais ideologicamente “desarmadas”⁶, do que os documentos oficiais e, por isso, acabam por revelar mais sobre as ideologias subjacentes presentes na ficção.

Nas obras de Plínio Salgado, desde que analisadas de forma adequada, será possível observar a defesa do lema integralista: “Deus, Pátria e Família”. O autor revelava ser um defensor de uma sociedade religiosa e conservadora, como já se podia observar no *Nhengaçu Verde Amarelo* (Manifesto do verde-amarelismo, ou da Escola da Anta), elaborado pelo próprio Plínio Salgado, ao lado de nomes como Cassiano Ricardo, Alfredo Élis, Menotti del Picchia e Cândido Mota Filho. Um pequeno trecho do Manifesto dá a noção do objetivo do grupo: “Temos de construir essa grande nação, integrando na Pátria Comum todas as nossas expressões históricas, étnicas, sociais, religiosas e políticas. Pela força centrípeta do elemento tupi”. (SALGADO, et al. In: TELES, 2002, 361-367). Essa concepção nacionalista e tradicionalista está presente nas mais variadas obras literárias, inclusive na edição de uma única composição literária voltada para crianças, *Sete noites de Joãozinho*: “Os bandeirantes vieram buscar ouros e pedras preciosas, mas deixaram aqui a semente do cristianismo, que hoje floresce na alma do bom povo mineiro. Joãozinho manifestou o desejo de conhecer todos os Estados do Brasil.” (1970, p.102).

As obras de Plínio Salgado podem ser analisadas como um fenômeno da historiografia literária nacional. São Paulo, para Plínio Salgado, é a síntese do Brasil devido à mistura cultural existente, enxergando no bandeirante a alma brasileira, de acordo com o romance-histórico: *A voz do oeste*, em que analisa o bandeirismo como a raiz do nacionalismo brasileiro

A história que vai ser narrada, nos sucessivos capítulos deste livro, é a história da alma brasileira, no alvorecer dos primeiros impulsos da Nação [...] Este Brasil, que espera o seu Poeta,

⁶ As aspas aí se justificam, porque não existem obras neutras. Entretanto, nas obras de arte freqüentemente, não há a intenção consciente de defender teses ou posições políticas, apesar de, evidentemente, reproduzirem, concepções, aspirações, ideais e projeções de uma visão de mundo classista.

traz consigo o mistério daqueles primeiros passos, que não foram indecisos, mas seguros, como a certeza de um destino. (1934, p.7).

Suas obras, que têm como objetivo central a política e a sociedade brasileira, servem de parâmetro para compreender o pensamento nacionalista de Plínio Salgado. O crítico literário Wilson Martins exalta essa literatura aliada ao integralismo “O criador do integralismo – que interessa duplamente à história modernista, seja por representar uma das correntes políticas saídas do Movimento, seja por haver escrito os primeiros e, de resto, os melhores romances políticos da primeira fase.” (1978, p.249).

Segundo Fábio Lucas “o caráter social da ficção brasileira somente aparecerá quando as personagens e as situações criadas puderem constituir expressão viva de relações entre grupos sociais.” (1985, p.8).

Analisar um momento da literatura brasileira significa procurar enxergar visões de mundo, tendo que investigar as condições de sua produção, situando seus autores histórica e socialmente. Segundo Adriana Facina, o autor de literatura é um escritor, ou seja, um intelectual em que o trabalho é expresso através da preocupação com a estética e com a linguagem, e para além disto ele crê que a sua obra é uma arma de modificação social. (2004, p.9).

O campo de desenvolvimento metodológico deste ensaio segue a teoria proposta e desenvolvida pelo estadunidense Fredric Jameson: “Historicizar sempre!” (1992, p.9). Para o teórico a visão do autor sobre os seus temas ocorre pela conjugação de conteúdo e forma construída. Jameson observa as narrativas como atos socialmente simbólicos, tornando-se necessária a relação com o político.

O objetivo dessa discussão é desenvolver análises expressas pela linguagem do mundo visto e do não-visto através da escrita, discutindo o diálogo da história com a literatura, como um caminho que se percorre nas trilhas do imaginário, criando mecanismos capazes de analisar o processo de criação nacionalista de Plínio Salgado, unificando os problemas da nação.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Martins, 1978

_____. *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942, p. 73.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. In: ____ *A utopia antropofágica*. São Paulo: Globo, 1990.

AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente: ensaios*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/UNB, 1987.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cutrix, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica* Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

COSTA, Wilma Peres. Narrativas de viagem no Brasil do século XIX: formação do Estado e trajetória intelectual. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 volumes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

FACINA, Adriana. *Literatura & Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

FRANCASTEL, Pierre. *Sociologie de l'Art*. Paris: Anthropos, 1970.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da ficção do Brasil*. São Paulo: Ática, 1985, p.8.

MARTINS, Wilson. *A literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978. v.6, p.249.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. São Paulo: Contraponto; Perseu Abramo, 2005.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da república oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira & Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PENSAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (orgs.). *História & Literatura: identidades e fronteiras*. Uberlândia: Edufu, 2006.
- PETROVIC, Gajo. Práxis. In: BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ROLLAND, Denis. O historiador, o Estado e a fábrica dos intelectuais. In: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLLAND, Denis. (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- SALGADO, Plínio. *A voz do oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.
- _____. *Despertemos a nação!* Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.
- _____. *Manifesto de outubro de 1932*. São Paulo: Voz do oeste, 1982.
- _____. *O cavaleiro de Itararé*. São Paulo: Panorama, 1948.
- _____. *O dono do mundo*. São Paulo: GRD, 1999.
- _____. *O esperado*. São Paulo: Voz do oeste, 1981.
- _____. *O estrangeiro*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.
- _____. *Poema da fortaleza de Santa Cruz*. São Paulo: Voz do oeste, 1980.
- _____. (sob o pseudônimo Ezequiel) *Poemas do século tenebroso*. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1961.
- _____. *Sete noites de Joãozinho*. Rio de Janeiro: Clássica brasileira, 1951.
- _____. *Thabôr: poemas*. São Paulo: Seção de obras de O Estado de São Paulo, 1919.
- _____. *Trepandé*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- _____. et al. Nhengaçu verde amarelo: Manifesto do verde-amarelismo ou da Escola da Anta. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. Petrópolis: Vozes, 2002, p.361-367.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1976.

LITERATURA E AUTORITARISMO
TRANSLAÇÕES CULTURAIS – REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

STARLING, Heloisa Maria Murgel. A república e o subúrbio: imaginação literária e republicanismo no Brasil. In: CARDOSO, Sérgio. (org.). *Retorno ao republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo: O fascismo brasileiro da década de 30*. Porto Alegre: Difel/UFRGS, 1979.

VASCONCELLOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (orgs.). *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v1.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.11.